

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023

Licitação Eletrônica nº 992320

Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPE PIMB nº 488/2023

A SCPAR Porto de Imbituba S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.315.067/0001-18, com sede na Av. Presidente Vargas, 100, Centro, Imbituba - SC, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a **contratação, sob demanda, de empresa para a confecção, montagem e instalação, de passarela, escadas, portões e guarda-corpos em perfis pultrudados no porto de imbituba, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos**, pelo regime de execução empreitada por preço unitário, conforme descrito neste edital e seus anexos, que será regida pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba disponível no site www.portodeimbituba.com.br, observando-se as alterações introduzidas posteriormente nessa legislação, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do sistema “Licitações-e” do portal do Banco do Brasil S.A, observados os termos deste Edital, devidamente aprovado pelo Departamento Jurídico da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e será conduzido pelo Pregoeiro auxiliado pela Equipe de Apoio.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. recomenda aos licitantes a leitura previa da “Cartilha para Fornecedores” disponível no site www.licitacoes-e.com.br.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preço;

Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;

Anexo V - Modelo de Declaração de Visita Técnica;

Anexo VI - Modelo Declaração de Renúncia à Visita Técnica;

Anexo VII - Minuta do Contrato.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – Do objeto

CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DE PASSARELA, ESCADAS, PORTÕES E GUARDA-CORPOS EM PERFIS PULTRUDADOS NO PORTO DE IMBITUBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

1.1.1 - Especificações, quantitativos e condições estão estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital e nas demais disposições previstas neste edital.

1.1.2 - Os quantitativos não geram a obrigação da contratação do montante total estimado, sendo que a contratação dos serviços será de acordo com a demanda, a critério da Contratante.

1.2 – Recebimento e Abertura das Propostas:

1.2.1 - Data/Hora: até as 08h 45m do dia 27 de abril de 2023.

1.3 – Início da Sessão de Disputa de Preços:

1.3.1 - Data/Hora: às 09h 00m do dia 27 de abril de 2023.

1.4. É recomendável que os licitantes registrem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo administrador do sistema e apenas na data e horário previstos para a abertura, os valores das propostas comerciais tornam-se publicamente conhecidas.

2 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital.

2.2 – Não será admitida a participação de:

2.2.1 – sociedades cooperativas;

2.2.2 – empresas em consórcio;

2.2.3 – Empresas concordatárias ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.4 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação que ateste aptidão econômica e financeira para o certame.

2.2.5 – empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.6 – empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.7 – empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam empregados ou dirigentes da SCPAR Porto de Imbituba S.A., bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.2.8 – se enquadre em alguma das vedações previstas na Lei 13.303/16, notadamente em seus artigos 37, 38 e 44.

3 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

3.1. - Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do presente Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1 - Os interessados em se cadastrar no sistema poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefones: 0800 729 0500 e 3003 0500 (capitais e regiões metropolitanas), ou diretamente no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br - Orientações para o Fornecedor.

3.2 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou por iniciativa da SCPAR Porto de Imbituba S.A., devidamente justificada, ou do administrador do sistema.

3.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SCPAR Porto de Imbituba S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 - O interessado deverá comunicar imediatamente ao órgão administrador do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.5 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6 - É de responsabilidade do Licitante, sob pena de aplicação das multas previstas na legislação e no presente Edital, a auto declaração junto ao sistema eletrônico, para a condição de qualificação de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3.7 - Nenhum representante legal poderá representar mais de uma empresa licitante para o mesmo lote, neste Certame.

4 – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO

4.1 - ORIENTAÇÕES GERAIS PARA CADASTRAMENTO DO VALOR DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1.1 - O licitante deverá observar as datas e horários limites previstos para entrega e abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.1.2 - O licitante, no ato de envio de sua proposta, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.1.2.1 - Maiores informações e detalhamentos disponíveis na íntegra em “Orientações para Envio de Proposta e Documentos de Habilitação - Fornecedores”, disponível no site www.licitacoes-e.com.br.

4.1.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, deverão declarar que atendem aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

4.1.3.1 - A não declaração indicará que a microempresa, ou empresa de pequeno porte, optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006.

4.1.3.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta referente aos impedimentos e sobre a condição de microempresa e empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.1.4 - O licitante deverá encaminhar sua proposta de preços preenchendo o campo específico no sistema de licitações do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

4.1.4.1 - O preenchimento da proposta, no sistema de licitações é de exclusiva responsabilidade do licitante, não cabendo à SCPAR Porto de Imbituba S.A. qualquer responsabilidade.

4.1.4.2 - Até a data e hora definidas para abertura das propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.4.3 - No sistema, deverá ser cotado preço global, contendo no máximo 02 (duas) casas decimais, sem arredondamentos. No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: tributos, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, lucro, uniformes, alimentação, transporte, plano de assistência médico-hospitalar e odontológica e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

4.1.4.4. - Quando o objeto licitado estiver enquadrado em algumas das vedações previstas no artigo 17 da Lei Complementar n. 123/2006, os licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que forem optantes do Simples Nacional deverão formular suas propostas desconsiderando os benefícios tributários do regime a quem fazem jus.

4.1.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à SCPAR Porto de Imbituba S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, sendo responsável também pela sua conexão ao sistema de licitações, com internet estável e confiável e com velocidade compatível a sua necessidade.

4.1.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.1.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.1.8. Demais orientações quanto ao encaminhamento da proposta estão constantes no site <https://www.licitacoes-e.com.br>.

4.2 - ACESSO AO SISTEMA E ACOLHIMENTO DA PROPOSTA

4.2.1 - O acesso ao sistema se dará por meio da digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos no Edital ou em eventual alteração. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

4.2.2 - O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções legais cabíveis.

4.2.2.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao administrador do sistema ou à SCPAR Porto de Imbituba S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2.3 - Deverá ser cotado no sistema eletrônico (www.licitacoes-e.com.br) o valor total do Lote (quantidade x preço unitário) em reais, contendo no máximo 2 (duas) casas decimais.

4.3 - ABERTURA DAS PROPOSTAS

4.3.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

4.3.2 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

4.3.3 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

4.3.4 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.3.5 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

4.3.6 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

4.3.7 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

4.3.8 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3.9 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.3.9.1 – Todas as propostas classificadas participarão da etapa competitiva de lances.

4.4 - ETAPA DE LANCES

4.4.1 - Aberta a etapa de lances pelo Pregoeiro, os representantes dos licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de disputa.

4.4.2 - Os licitantes serão imediatamente informados do recebimento dos lances e do valor consignado no registro.

4.4.3 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

4.4.4 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

4.4.6 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.4.7 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada em prazo nunca inferior a 10 (dez) minutos, com exceção aos Pregões em que tenha sido classificada apenas uma proposta, que poderá ser encerrado em prazo inferior.

4.4.8 – O fechamento da etapa de lances se dará quando decorrer o lapso de 02 (dois) minutos sem a oferta de novos lances.

4.4.9 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

4.4.10 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes divulgada no sítio eletrônico da SCPAR Porto de Imbituba S.A., além de divulgação no sítio eletrônico onde ocorre o certame.

4.4.11 - Encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o sistema verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido a licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e na sequência as propostas serão classificadas em ordem crescente a partir do menor preço global.

4.5 – JULGAMENTO

4.5.1 - Para o julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global.

4.5.2 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada a preferência à contratação de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5.3 - O sistema identificará automaticamente as empresas que se declararam como ME/EPP e examinará as situações de empate.

4.5.3.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, procedendo-se conforme segue:

4.5.3.1.1 - No caso de empate nos termos do subitem 4.5.3.1, o Pregoeiro oportunizará à ME ou EPP mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em primeiro lugar.

4.5.3.1.2 - Verificando-se valores iguais nas propostas de ME e EPP, que estejam enquadradas na situação prevista no subitem 4.5.3.1, o sistema reconhecerá o empate ficto automaticamente, convocado o fornecedor para oferecimento de novo lance, sempre melhor que o lance vencedor durante a disputa, no tempo decadencial de 5 minutos. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, caberá ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

4.5.3.1.3 - Caso a ME ou EPP melhor classificada recuse o benefício previsto no subitem 4.5.3.1.1, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.5.3.1, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

4.5.3.1.4 - Não verificada a hipótese prevista no subitem 4.5.3.1 ou não exercido o direito previsto no subitem 4.5.3.1.1 será mantida a classificação em primeiro lugar da proposta vencedora do certame.

4.5.4 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma dos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5.4.1 - Em caso de permanência de empate mesmo após observado o item 4.5.4, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei no 8.248/91, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93;

IV - sorteio.

4.5.4.2 - Para fins de verificação de empate serão considerados propostas com valores idênticos.

4.5.5 - Havendo indícios de inexecutabilidade dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado:

I. Comprovar a exequibilidade; ou

II. Ajustar os valores ofertados.

4.5.5.1 - Optando por comprovar a exequibilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas ou documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.

4.5.5.2 - Optando por ajustar os valores ofertados, o Licitante deverá apresentar proposta readequada (tendo como limite máximo o valor global ofertado na proposta) e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

4.6 - VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS LANCES OU PROPOSTAS

4.6.1 - Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será verificada a sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I – Contenham vícios insanáveis;

II – Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III – Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SCPAR Porto de Imbituba;

IV – Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação; ou

V – Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

4.6.2 - A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

4.6.3 - A SCPAR Porto de Imbituba S.A. poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

4.6.4 - Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela SCPAR Porto de Imbituba; ou

II - Valor do orçamento estimado pela SCPAr Porto de Imbituba.

4.6.5 - Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a SCPAr Porto de Imbituba S.A. poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações ou inabilitações.

4.7 – NEGOCIAÇÃO

4.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições;

4.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

4.7.3 - Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a SCPAR Porto de Imbituba deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou.

4.7.4 - Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja acima do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de condições mais vantajosas.

4.7.4.1 - A negociação de que trata o item 4.7.4 deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

4.7.5 - Se depois de adotada a providência referida no item 4.7.4.1 deste artigo não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - Após a fase de negociação e declarada a vencedora, o pregoeiro solicitará o imediato e correto detalhamento da proposta comercial, em formato digital conforme modelo disponível no Anexo II deste edital, exclusivamente por meio do sistema, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação do pregoeiro no chat de mensagens do lote. A referida proposta deverá estar devidamente preenchida e assinada. É de responsabilidade do licitante confirmar o recebimento do documento junto ao respectivo pregoeiro.

5.1.1 - Maiores informações referentes ao envio dos documentos via sistema licitações-e podem ser obtidas na Cartilha dos Fornecedores, Item 6 - Documentos Pós Disputa Virtual, disponível no site www.licitacoes-e.com.br.

5.1.2 – Em caso de impossibilidade de encaminhamento via sistema Licitações-e, os documentos poderão ser encaminhados via e-mail licitacoes@portodeimbituba.com.br.

5.1.3 - A Proposta de Preços, a qual deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, deverá conter, ainda:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, e quaisquer outros elementos referentes ao objeto cotado para que o pregoeiro possa identificar facilmente o cumprimento das especificações do Termo de Referência.

b) os preços unitários e total, obtidos após a etapa de lances e eventual negociação expressos, em Reais, com no máximo 2 (dois) algarismos decimais;

5.1.4 - Fica estabelecido como 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão pública.

5.1.5 – Em caso de apresentação, pela Licitante, de informação divergente daquela especificada nesta Licitação, prevalecerão as especificações do Termo de Referência.

5.2 - O valor máximo aceitável para a execução total do objeto será sigiloso, em atendimento ao art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016, podendo ser divulgado após o encerramento da etapa competitiva de lances, na fase de negociação.

5.2.1 - Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais, bem como quaisquer outros pertinentes à prestação do serviço objeto deste Edital, tais como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

5.3 - Constatado erro de preenchimento na proposta de preço do licitante, o pregoeiro poderá solicitar a readequação da proposta, desde que mantido o valor global ofertado.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, ou da eventual negociação, será verificado o atendimento das condições de habilitação do Licitante que tiver formulado a proposta melhor classificada.

6.2 - A empresa melhor classificada deverá encaminhar, via sistema Licitações-e, os documentos de habilitação elencados no Edital, em até 1 (uma) hora após a convocação pelo Pregoeiro.

6.2.1 - Maiores informações referentes ao envio dos documentos via sistema licitações-e podem ser obtidas na Cartilha dos Fornecedores, Item 6 - Documentos Pós Disputa Virtual, disponível no site www.licitacoes-e.com.br.

6.2.2 – Em caso de impossibilidade de encaminhamento via sistema Licitações-e, os documentos poderão ser encaminhados via e-mail licitacoes@portodeimbituba.com.br.

6.2.3 - O Licitante poderá solicitar prorrogação do prazo para envio da documentação, que será avaliado pelo Pregoeiro.

6.3 - O Licitante que não atender as exigências do Edital será inabilitado. Neste caso, o Pregoeiro examinará os documentos dos demais Licitantes, observando a ordem de classificação das propostas, até a apuração de um Licitante que atenda as condições de habilitação.

6.3.1 - Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, a proposta de preços de menor valor será declarada vencedora e, em não havendo recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto ao Licitante arrematante.

6.4 - Todos os documentos integrantes da proposta comercial e da documentação de habilitação serão considerados como verdadeiros, conforme declaração realizada pelo licitante (Anexo III), podendo ser diligenciados na forma do item 16.1 deste edital. A falsidade da declaração ou da apresentação de documentos falsos caracteriza conduta passível de sanção, conforme Artigo 168, II do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

6.4.1 - Como condicionante para homologação do certame, poderão ser solicitados documentos originais ou complementares de modo a atestar a validade dos mesmos.

6.5 - A documentação para fins de HABILITAÇÃO é constituída de:

6.5.1 - Habilitação jurídica:

I - Pessoa Jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

a.I) Em se tratando de associações, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

a.II) Em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade desempenhada assim o exigir.

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

e) Ausência de restrições no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União, mediante consulta no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis através de diligência pela própria SCPAR Porto de Imbituba S.A.

II - Pessoa Física ou Empresário Individual:

a) Identificação civil e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

b) Comprovante de domicílio.

c) Comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual.

d) Inscrição junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).

e) Cópia do passaporte com visto em conformidade com a legislação federal vigente que permita atuar profissionalmente no Brasil, no caso de estrangeiro.

f) Ausência de restrições no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União, mediante consulta no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis através de diligência pela própria SCPAR Porto de Imbituba S.A.

6.5.1.1 - Os documentos de habilitação jurídica deverão fazer prova inequívoca de que a empresa licitante tem entre os objetos sociais a prestação/fornecimento do serviço/bem que constituem o objeto deste certame.

6.5.1.2 - No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, estas deverão apresentar os documentos abaixo:

6.5.1.2.1.- Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, comprovando a sua condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

NOTA:

- A não apresentação dos documentos informados no subitem 6.5.1.2.1, não implica a inabilitação do Licitante, desde que a empresa não tenha usufruído dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 para participação em Licitações.

6.5.2 – Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

6.5.3 - Qualificação Econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, vedada a sua substituição por balancetes e balanços provisórios (o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar devidamente assinados e serão exigíveis após 120 dias da data do encerramento do exercício social da empresa. No caso das pessoas jurídicas que ainda não tiverem encerrado o primeiro exercício social, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis poderão ser substituídos pelo balanço de abertura).

a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I) Exemplar de página de Diário Oficial ou outro Jornal, ou cópia autenticada da mesma, onde conste o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados Contábeis da empresa;

II) Cópia autenticada extraída do Livro Diário, este devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhado inclusive dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro;

III) Cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede de domicílio da licitante.

IV) As empresas recém constituídas, que ainda não tiveram completado um exercício financeiro, deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil de abertura, assinados por profissional legalmente habilitado.

V) As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo digital, deverão apresentar balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, acompanhado do recibo de entrega do livro digital junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. O Pregoeiro poderá solicitar, através de diligência, o arquivo eletrônico encaminhado para constatar a veracidade das informações apresentadas.

b) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

b.1) Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

c) Apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou superiores a 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas a seguir:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) A comprovação poderá ser aferida através do Balanço patrimonial apresentado para atendimento item "6.5.3.a".

6.5.4 – Qualificação Técnica:

a) Registro da empresa no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional dos Técnicos (CRT) em que tiver sua sede e indicação do (s) responsável(is) técnico(s) da empresa devidamente válida;

b) Comprovação de aptidão da empresa licitante: a comprovação de aptidão da empresa será feita por atestado (s) /certificado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde conste que a empresa licitante executou ou esteja executando serviço (s) semelhante (s) ao objeto desta contratação com as seguintes características:

b.1) Conter a indicação de fornecimento e instalação de estruturas em pultrudado.

O(s) atestado(s)/certificado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da concedente, datado e assinado, devendo constar o local onde foi executado o serviço, a data de execução, as quantidade executadas e se o mesmo foi executado e concluído dentro do prazo previsto em contrato. Ao atestado deverão vir anexadas fotos dos respectivos serviços;

c) Os atestados de capacidade técnica apresentados nesta fase de habilitação será observado o seguinte:

c.1) Não será aceito atestado de contratos em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

c.2) Não será aceito atestado fornecido por SUBCONTRATADA.

d) Comprovação de capacidade técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedido pelo CREA/CAU, onde conste que o profissional executou ou esteja executando serviços semelhantes ao objeto desta contratação, com as seguintes características:

d.1) Conter a indicação de fornecimento, direção, supervisão, coordenação e/ou instalação de estruturas em pultrudado.

e) Vínculo empregatício: comprovação de vínculo empregatício com o profissional que apresentou acervo técnico para atender ao item anterior. A comprovação de vínculo profissional far-se-á mediante a apresentação de:

e.1) Carteira de trabalho (CPTS) em que conste o licitante como contratante e o profissional como pertencente ao quadro permanente da empresa, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ata de eleição do diretor (sociedade anônima - caso o profissional ocupe tal posição na empresa licitante), contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional indicado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, vinculada a esta licitação;

A contratação do profissional para atender ao item anterior não poderá ser por período de experiência ou por prazo explícito em contrato inferior ao cumprimento do prazo previsto para a execução dos serviços. Sendo que os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

f) Atestado de visita técnica: atestado de visita técnica do(s) local(is) de prestação do(s) serviço(s) assinada por representante da SCPAR Porto de Imbituba S.A. ou Declaração de Renúncia à Visita Técnica.

f.1) Para realização de visita técnica, agendar diretamente pelos telefones (48) 3355-8930 e (48) 3355-8997 ou e-mail amanda.chaves@portodeimbituba.com.br.

6.5.5 – Demais documentos de habilitação

6.5.5.1 – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação, na forma do **Anexo III** ao Edital. A declaração deve estar **assinada** por representante legal da empresa, devidamente identificado, ou por procurador com poderes para emitir tal declaração. A Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação contempla: a) Declaração de atendimento dos requisitos de habilitação; b) Declaração de confidencialidade; c) Declaração referente à inexistência de impedimento à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303/16, e da Lei Estadual nº 16.493/14; d) Declaração de autenticidade de informações e documentos; e e) Declaração de atendimento à Política Anticorrupção.

6.5.6 - Disposições Gerais acerca dos Documentos de Habilitação

6.5.6.1 - As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais que a isentam de tal obrigação.

6.5.6.2 - Os documentos requeridos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

7 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 - Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital, através do e-mail licitacoes@portodeimbituba.com.br.

7.1.1 - Na hipótese da SCPAR Porto de Imbituba não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação será adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

7.1.2 - Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados intempestivamente. As impugnações não serão conhecidas se subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado.

7.1.3 - É de responsabilidade do licitante que apresentou documentos de pedido de esclarecimento ou de impugnação ao edital obter a confirmação de que houve o recebimento dos citados documentos por parte do(a) pregoeiro(a) da SCPAR Porto de Imbituba S.A. responsável por esta licitação.

7.1.4 - A não impugnação deste Edital e seus anexos, na forma e prazo previstos, implica a aceitação de todos os seus termos.

7.2 - A intenção de interpor recurso somente poderá ser promovida por Licitante, via sistema eletrônico em que ocorre o Pregão nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso via e-mail ao Pregoeiro (licitacoes@portodeimbituba.com.br), ficando os demais licitantes intimados para, se assim o desejarem, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

7.2.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do inciso anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

7.2.2 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

7.2.3 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, na forma deste edital, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - Da sessão pública do Certame será lavrada Ata circunstanciada, com o registro das licitantes credenciadas, das propostas apresentadas na ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos, além de outros registros pertinentes.

8.2 - O procedimento de adjudicação será do Pregoeiro, se não houver recurso, ou, caso este tenha sido apresentado, da autoridade competente da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que também procederá à homologação do certame.

9 - DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A celebração dos contratos será formalizada com a SCPAR Porto de Imbituba S.A., consoante a minuta que constitui o Anexo VI deste Edital.

9.1.1 – Os contratos deverão ser assinados preferencialmente na forma digital.

9.1.1.1 – Para assinatura digital deverá ser utilizada a Certificação ICP-Brasil.

9.2 - Convocação para assinatura do contrato:

9.2.1 - A SCPAR Porto de Imbituba S.A. convocará a licitante vencedora, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o contrato.

9.2.2 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido à aceitação dos motivos pela Contratante.

9.2.3 - Transcorrido o prazo sem que o contrato seja assinado, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. poderá, a seu critério, convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinar contrato em idêntico prazo e nas mesmas condições da proposta da licitante vencedora.

9.3 - Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. cominará multa à licitante no valor equivalente a 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 13.303/2016 e neste Edital.

9.4 - O contrato firmado poderá ser rescindido pela Contratante, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.303/2016 e na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

9.5 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste Edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

9.6 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratante são as previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A e no contrato.

9.7 – Da execução do contrato:

9.7.1 – São partes integrantes do contrato, como se transcritos estivessem, os termos do presente Edital, seus anexos e quaisquer complementos, documentos, propostas e informações apresentados pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

9.7.2 – Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da Contratada, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

9.7.3 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

9.7.4 A fiscalização, aceitação e rejeição dos serviços prestados pelo Contratante atenderão ao que se encontra definido no Contrato e no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.8 – Da alteração do contrato:

9.8.1 – O contrato poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 81 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

9.9 – Dos prazos e da vigência do Contrato

9.9.1 - **Prazo de Vigência do Contrato:** O Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, após assinatura do instrumento contratual, podendo ser renovado nos termos do Art. 71 da Lei 13.303/16 e Art. 140 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

9.9.2 - **Prazo de Execução dos Serviços:** Os serviços registrados deverão ser entregues em até **60 (sessenta)**, contados após o envio da “ordem de serviços” pela Contratante, devidamente expressa e documentada. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito a multa contratual.

9.9.3 – **Prazo de Garantia e Oferta de Assistência Técnica:** Os Equipamentos deverão possuir Garantia de no mínimo **05 (cinco) anos**.

9.11 – Do Reajuste do contrato:

9.11.1 – Havendo prorrogação do prazo do contrato o preço poderá ser reajustado na forma, prazo e condições previstos na legislação de regência, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, em sua ausência, outro que vier a substituí-lo.

9.11.2 - A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo Contratante, a partir da análise da solicitação que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela Contratada à (ao) Contratante, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.12 - Dos direitos da Contratante:

9.12.1 - Ficam resguardados os direitos da SCPAR Porto de Imbituba S.A., em caso de rescisão administrativa, Lei nº 13.303/2016, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

9.13 - Serão de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais, de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente Edital e à execução do Contrato.

10 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos próprios da SCPAR Porto de Imbituba S.A. conforme seu Orçamento Anual aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia.

11 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

11.1 – O pagamento será:

11.1.1 – liberado após o serviço realizado, listado em cada Autorização de Serviços.

11.1.2 – efetuado em até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço efetivamente realizado, verificado e aceito pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. A nota fiscal somente poderá ser emitida após autorização prévia e expressa da SCPAR Porto de Imbituba S.A.;

11.1.3 - liberado mediante a apresentação da comprovação de regularidade fiscal nos órgãos constantes no item 6.5.2;

11.1.4 - efetuado através de boleto bancário

11.2 – nenhum pagamento será feito à Contratada se pendente de pagamento/cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta;

11.3 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 125, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

11.4 – Caso no dia do pagamento não haja expediente na SCPAR Porto de Imbituba S.A, aquele será efetuado no primeiro dia útil subsequente;

11.5 – Caso o serviço prestado seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo do pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

11.6 – No pagamento fica autorizada a retenção dos tributos devidos na forma da legislação vigente.

12 - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 – Em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global da contratação, em conformidade e em uma das modalidades previstas no art. 70 da Lei Federal 13.303/2016.

12.2 - Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar disposição expressa, estipulando a responsabilidade da Seguradora pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora dos seguros.

12.3 - A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §4º do art. 70 da Lei federal no 13.303/2016.

12.4 - A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, conforme legislação vigente.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DA CONTRATADA:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- b) manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023;
- c) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à execução dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- g) obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto licitado;
- h) cumprir com exatidão todos os termos e condições fixados pelo Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023.
- i) designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a Contratante, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.
- j) comunicar obrigatória e previamente à Contratante, por carta e/ou e-mail, o recebimento de qualquer determinação, inclusive as provenientes de decisões ou sentenças judiciais, que implique débito ou bloqueio na conta corrente e/ou conta salário, na qual o beneficiário recebe o crédito do Contratante.

k) A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, totalmente, o objeto deste Edital. A CONTRATADA só poderá subcontratar serviços acessórios, que não constituam o escopo principal do objeto, ao percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do total dos valores contratados, e com autorização prévia e formal por escrito da CONTRATANTE. Todavia, será mantida a inteira e direta responsabilidade da CONTRATADA perante SCPAR Porto de Imbituba, independente da opção pela subcontratação.

Entende-se como escopo principal os serviços de confecção de pultrudados representados pelo item 3.4.

l) Apresentar para emissão das credenciais permanentes, no prazo determinado pela contratante, os seguintes documentos:

Para cadastro da empresa:

- Cópia do contrato social atual (No caso de empresário individual, deve-se apresentar cópia do requerimento de empresário)

- Cópia do cartão do CNPJ atual

- Cópia do alvará de funcionamento atual

Para cadastro dos funcionários:

- Comprovante de vínculo empregatício (Cópia da ficha de registro de empregado ou cópia das páginas de foto, qualificação civil e contrato da CTPS física, se possuir)

- Documento de identificação com foto

- Certidões de antecedentes civil e criminal de primeira instância (pode ser emitida eletronicamente em <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>)

- Certidão de antecedentes federal (pode ser emitida eletronicamente em <https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>)

- Cópia da carteira de vacinação, comprovando aplicação de vacina contra febre amarela

- Certidão informando o tipo sanguíneo e fator RH

- Planilha de solicitação de acesso fornecida pela unidade de segurança, preenchida com as informações requeridas.

Para empresas subcontratadas:

- Todos os documentos já mencionados para cadastro de empresa

- Cópia do contrato de prestação de serviço com a empresa ganhadora da licitação

- Todos os funcionários da subcontratada deverão apresentar documentação, inclusive o vínculo empregatício com a subcontratada

DA CONTRATANTE:

a) emitir Contrato do objeto licitado;

b) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;

c) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023;

d) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues pela Contratada fora das especificações do edital;

- e) fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

14 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A., quais sejam:

I – Advertência.

II – Multa:

- a) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;
- b) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 80, §5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.;
- c) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório;
- d) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida;
- e) 10% do valor correspondente à parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, nos demais casos de atraso;
- f) 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;
- g) 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução total.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SCPAR Porto de Imbituba S.A., pelo prazo de até 2 (dois) anos;

§1º As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Licitante/Contratada.

§2º Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º O pagamento de multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo a ela excedente suportado pela SCPAR Porto de Imbituba S.A.

15 – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I deste artigo e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

16.2 – Na apreciação dos documentos e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá relevar omissões nitidamente formais, sanáveis em prazo determinado, desde que restarem intocados a lisura e o caráter competitivo do procedimento licitatório.

16.3 – A SCPAR Porto de Imbituba S.A. poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.4 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. Na hipótese de se constatar a imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados pelo licitante, poderá a SCPAR Porto de Imbituba S.A., a qualquer tempo, desclassificá-lo ou rescindir o Contrato subscrito, ficando sujeito às penalidades cabíveis.

16.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na SCPAR Porto de Imbituba S.A.

16.6 - Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

I. se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;

II. os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.

16.7 - Os atos da licitação serão divulgados aos interessados no endereço eletrônico www.portodeimbituba.com.br.

16.8 – Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro na Sede da SCPAR Porto de Imbituba S.A., Av. Presidente Vargas, 100 - Centro - Imbituba - SC - 88780-000, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente – das 8h às 12h e 13:30h às 17:30h, ou pelo e-mail licitacoes@portodeimbituba.com.br.

16.9 – Cópia deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados nos endereços eletrônicos www.portodeimbituba.com.br e www.licitacoes-e.com.br, ou ainda, na sede da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no endereço e horários mencionados no item anterior.

16.10 – A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas obtidas nos meios legais de divulgação, ou sua cópia fiel.

16.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste procedimento licitatório.

Imbituba, *data da assinatura digital*.

Assinado digitalmente

LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS

Diretor Presidente

SCPAR Porto de Imbituba S.A.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DE PASSARELA, ESCADAS, PORTÕES E GUARDA-CORPOS EM PERFIS PULTRUDADOS NO PORTO DE IMBITUBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência destina-se a definir os critérios, as especificações técnicas e os requisitos mínimos a serem observados na **contratação, sob demanda, de empresa para a confecção, montagem, instalação, manutenção e garantia de passarela, escadas, portões e guarda-corpos em perfis pultrudados** no Porto de Imbituba, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos a ser realizada sob demanda e mediante a discricionariedade desta autoridade portuária. O serviço inclui a remoção das estruturas de madeira, fornecimento e instalação dos módulos em perfis pultrudados, e todos os procedimentos necessários para a entrega completa da solução.

2. CONTEXTO

A presente contratação é parte do trabalho em curso destinado a aumentar a confiabilidade da infraestrutura civil do Porto de Imbituba, cujo objetivo é diminuir a ocorrência e duração das patologias, e zelar pela qualidade e continuidade do uso das instalações portuárias. Ainda, se propõe a prover os colaboradores do Porto Organizado de Imbituba de condições adequadas de trabalho e ergonomia, diante da franca expansão da movimentação portuária.

De modo específico, visa restabelecer as boas condições de uso da passarela sob os cais 1. Em virtude do emprego de materiais de baixa durabilidade, alto índice de utilização e circulação de pessoas, e de exposição direta à atmosfera marítima, a estrutura encontra-se extremamente deteriorada, comprometendo o bom funcionamento, oferecendo riscos aos transeuntes e ao patrimônio público.

No ambiente portuário existem vários grupos de organismos que causam a biodeterioração e a destruição de estruturas de madeiras. Um dos principais problemas para a madeira é o contato com a água ou umidade ambiente elevada. Quando a madeira permanece em condições de umidade elevada por muito tempo, pode ser atacada por térmitas que dela se alimentam. As variações de umidade ambiente e alterações do teor em água da madeira provocam variações dimensionais e de resistência mecânica das peças (as dimensões aumentam e a resistência diminui para um acréscimo de teor em água).

Outro ponto importante de se avaliar é a durabilidade e segurança do material após o início do processo de deterioração se iniciar. Esse tempo é impossível de se estimar, não sabendo até quando a passarela poderá ser utilizada. Nesse cenário, uma interdição completa poderia bloquear o acesso às estruturas existentes sob o Cais 1, as quais são acessadas por:

- a) Armadores dos rebocadores dos navios;
- b) Práticos para acesso à lancha;
- c) Funcionários do IBGE;
- d) Manutenção de tubulação de soda cáustica;

- e) Manutenção civil e elétrica;
- f) Leitura de hidrômetros;
- g) Leituras de energia elétrica;
- h) Visitas técnicas escolares e corporativas,
- i) Entre outros.

Conforme pode ser observado nas imagens abaixo, a passarela que permite o acesso à parte inferior do Cais 1 vem apresentando riscos para os trabalhadores portuários, dado o seu elevado estado de deterioração causado pela proximidade com o ambiente marítimo.

Figura 01 – Situação atual passarela



Figura 02 – Comprometimento da estrutura de reforço central



1.

Figura 03 – Madeiramento comprometido



Figura 04 – Madeiramento comprometido



Figura 05 – Comprometimento de guarda-corpo



Figura 06 – Estado crítico de escadas



3. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Todo o trabalho deverá ser realizado respeitando estritamente as especificações técnicas contidas neste termo. A empresa CONTRATADA será responsável por todos os serviços contratados e entrega da solução final completa e em perfeito estado para uso, incluindo a remoção da estrutura de madeira antiga, transporte dos resíduos até o local definido, fornecimento e montagem de todas as estruturas fabricadas em perfil pultrudados, entrega e transporte de todos os equipamentos e materiais envolvidos, mão-de-obra, além de outros instalações e serviços que se fizerem necessários.

Todos os materiais a serem empregados na obra e o serviço de montagem das estruturas pultrudadas deverão satisfazer rigorosamente as características que constam neste Termo de Referência e nas especificações técnicas, bem como atender as normas: NBR 15708 referente a Perfis Pultrudados de Fibra de Vidro, ASTM-D-2583:1995 para Dureza, ASTM D 5630:01 para percentual de vidro, ASTM E 84 referente à resistência ao fogo e ASTM D 2565 para Intemperismo.

A CONTRATADA deverá entregar produtos de qualidade comprovada através de certificados de cumprimento das referidas normas e comprovar o teor de fibra utilizado nos materiais. A utilização e/ou aplicação dos materiais deverá respeitar as recomendações dos fabricantes.

Compõe o Termo de Referência, além das disposições aqui contidas, os seguintes documentos contidos em anexo:

- Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1;
- Anexo 2.B – Quantitativo.

3.1 PEDIDOS

Os pedidos para fornecimento serão efetuados sob demanda, ao longo do período contratual, através de Ordens de Serviço específicas, devidamente expressas e documentadas. O rol de atividades foi dividido em 33 conjuntos de acordo com cada local de aplicação, denominados “módulos”, descritos através da seção 3.4 e compostos por todos os materiais e serviços elencados pelo quantitativo do Anexo 3.B. Cada Ordem de Serviço será composta por tantos módulos quantos se fizerem necessários, limitados ao total indicado também pela seção 3.4.

3.2 SERVIÇOS PRELIMINARES

A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, a partir da assinatura do contrato, um profissional para realizar uma visita *in loco* onde serão instalados todos os elementos em perfis pultrudados descritos neste documento. Este profissional fará o levantamento do local e considerará as particularidades dos materiais e serviços a serem empregados, bem como executará a conferência das dimensões e medidas. Após a visita, a empresa CONTRATADA deverá encaminhar os desenhos à CONTRATANTE para aprovação.

Placa de obra em chapa de aço galvanizado:o fornecimento da placa de identificação da obra ficará a cargo da empresa CONTRATADA, a qual deve providenciar a sua confecção, devendo a sua instalação se dar em local definido pela Fiscalização. O modelo, os detalhes e as dimensões da placa deverão estar de acordo com o padrão abaixo utilizado (Figura 07). O modelo digital

editável e as informações necessárias poderão ser fornecidos pela empresa CONTRATANTE caso seja solicitado. A placa de obra deverá ser de 2,00 x 2,00 m, totalizando 4,00 m².

Medição: **Por metro quadrado.**

Observação:

Conforme a Lei nº 17983/2020, é obrigatória a divulgação, nas placas relativas à obra pública, dos seguintes itens:

- I - O nome do administrador da empresa e do engenheiro responsável pela obra com o número do Atestado de Responsabilidade Técnica (ART);
- II - Endereço da sede da empresa CONTRATADA, em conformidade com o contrato social.

Figura 07 – Modelo de placa de identificação da obra



Aluguel container/escritório/wc c/ vasos, lavatórios, mictórios, chuveiros (largura: 2,20m / comprimento: 6,20m / altura: 2,50m) fabricado em chapa aço com nervura trapezoidal, forro com isolamento termo/acústico, chassis reforçados, piso compensado naval, incluso instalação elétrica/hidrossanitária, excluso transporte/carga/descarga): O serviço compreende o aluguel de container durante o período de execução da obra, para armazenamento de materiais e apoio administrativo dos responsáveis pela execução da obra, conforme as características descritas neste item. A CONTRATANTE disponibilizará uma área para a instalação durante a execução da obra. Deverá ser considerado o aluguel de um contêiner com banheiro para uso dos funcionários da empresa CONTRATADA. Para este item, considerar a limpeza do banheiro a cada quinze dias e a instalação do mesmo será em local a ser especificado pela equipe técnica da CONTRATANTE.

É vedada a opção de barraco de obra para este item.

Medição: **Por mês utilizado.**

3.3 REMOÇÃO DAS ESTRUTURAS DE MADEIRA

Antes da instalação de cada módulo em perfis pultrudados, está prevista a remoção das estruturas existentes fabricadas em madeira, conforme imagens do item 2. Tais estruturas encontram-se instaladas por toda a extensão sob os Cais 1, sendo permitida a remoção apenas daquelas correspondentes aos locais onde serão instalados os novos módulos em perfil pultrudados, de modo a não impedir a eventual circulação de pessoas pela passarela. Não será permitida a remoção da totalidade da extensão da passarela em madeira em uma única intervenção. A remoção incidirá apenas nos trechos indicados em cada Ordem de Serviço.

As madeiras integrantes da plataforma deverão ser retiradas pela CONTRATADA do local e transportadas para área de segregação dentro do Porto de Imbituba, conforme a Figura 08:

Figura 08 – Área destinada ao estoque de sucatas.



É vedado o uso de madeiras integrantes do resíduo da passarela para uso em plataformas e andaimes provisórios eventualmente necessários à execução da instalação dos módulos, sendo, nestes casos, recomendado o uso de materiais específicos e designados para tal.

A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) compreendendo coleta, armazenamento temporário, transporte e destinação final em atendimento aos requisitos legais impostos a área portuária e gestão de resíduos quais sejam: todas as resoluções CONAMA, em especial a CONAMA 307/2002 e 448/2012, que tratam sobre gestão de resíduos da Construção Civil, resoluções CONSEMA e resolução RDC 56/2008. O prazo para apresentação deste documento será de 30 dias contados a partir da assinatura do contrato.

Os locais de trabalho devem ser mantidos limpos e organizados, todos os resíduos produzidos durante a execução dos serviços devem ser adequadamente coletados e transportados à medida que forem sendo gerados. Os resíduos gerados devem ser segregados conforme sua classe, armazenados em recipientes adequados e devidamente identificados, sendo então destinados para local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal de gestão de resíduos sólidos, contendo no mínimo: quantificação dos resíduos gerados de acordo com sua classe, Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) referentes aos resíduos gerados no mês, licenças ambientais das empresas que realizaram a coleta, transporte e destinação final dos resíduos e certificados de destinação final dos resíduos.

O serviço de carga, transporte e destinação final de resíduos será pago por peso de material removido. Para fins de controle das quantidades realmente carregadas, transportadas e destinadas. Os caminhões deverão ser pesados, vazios e carregados e o ticket de pesagem deverá estar de acordo com o a MTR emitida.

Medição: **Por tonelada de material destinado.**

3.4 FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, GUARDA-CORPOS, PORTÕES E ESCADAS EM PERFIS PULTRUDADOS (MÓDULOS)

A passarela dos Cais 1 será na totalidade composta por módulos, perfeitamente compatibilizados e fixados entre si, e cada módulo será constituído por componentes e acessórios como assoalho/passarela (base), guarda-corpos, portões de acesso e escadas. Os detalhes construtivos de cada módulo podem ser verificados na planta baixa do Anexo 3.A.

As passarelas, escadas, guarda-corpos e portões, deverão ser fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV.

Todos os materiais deverão obedecer aos preceitos estabelecidos nas normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo).

Todos os materiais devem possuir garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação.

Os módulos deverão ser fixados entre si e na estrutura existente dos Cais 1, com uso de parafusos e arruelas lisa e de pressão, chumbadores, bem como outros dispositivos de fixação com devida proteção anticorrosiva (recomenda-se aço inox 304). Os módulos deverão ser fornecidos pré-montados para serem instalados conforme as medidas tiradas in loco pela CONTRATADA. As estimativas das medidas dos desenhos anexos deverão ser confirmadas no(s) local(is) pela CONTRATADA antes da fabricação/construção/execução da montagem das estruturas pultrudadas pelo fabricante. Todos os detalhes da execução dos serviços ficarão sob responsabilidade da empresa CONTRATADA.

A critério da CONTRATANTE, poderão ser solicitadas amostras de todos os materiais previamente ao início da execução dos serviços, a título de aprovação e conformidade no atendimento de requisitos mínimos de projeto.

As descrições/modelo de cada módulo que compõem o objeto encontram-se descritos a seguir.

3.4.1 MÓDULO 1

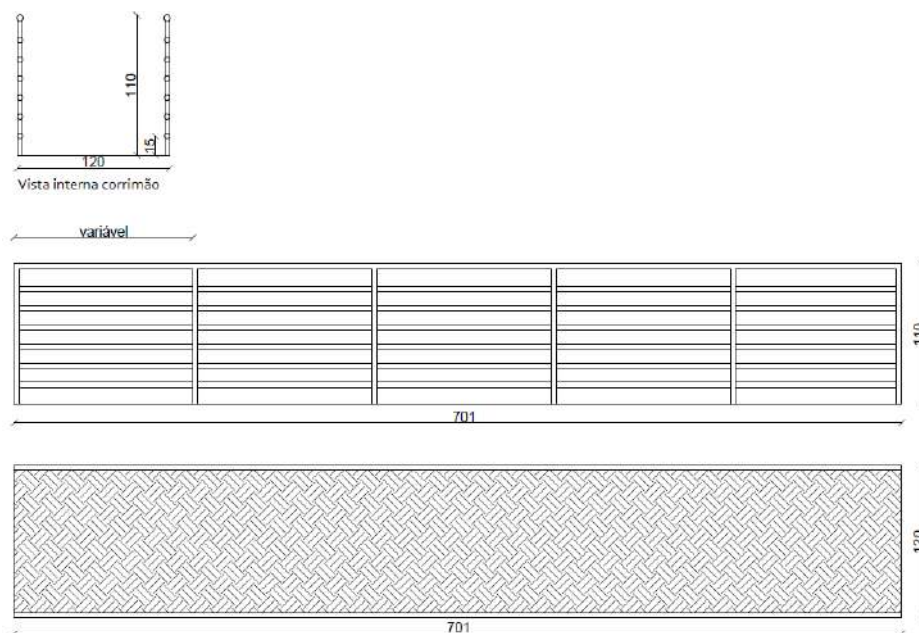
QUANTIDADE DE MÓDULOS: 1 módulo.

DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 701 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 14,02 metros lineares de viga “I”, 8,41 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 14,02 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Nesse módulo não será necessário portão.

Figura 09 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 1).



3.4.2 MÓDULO 2:

QUANTIDADE DE MÓDULOS: 22 módulos.

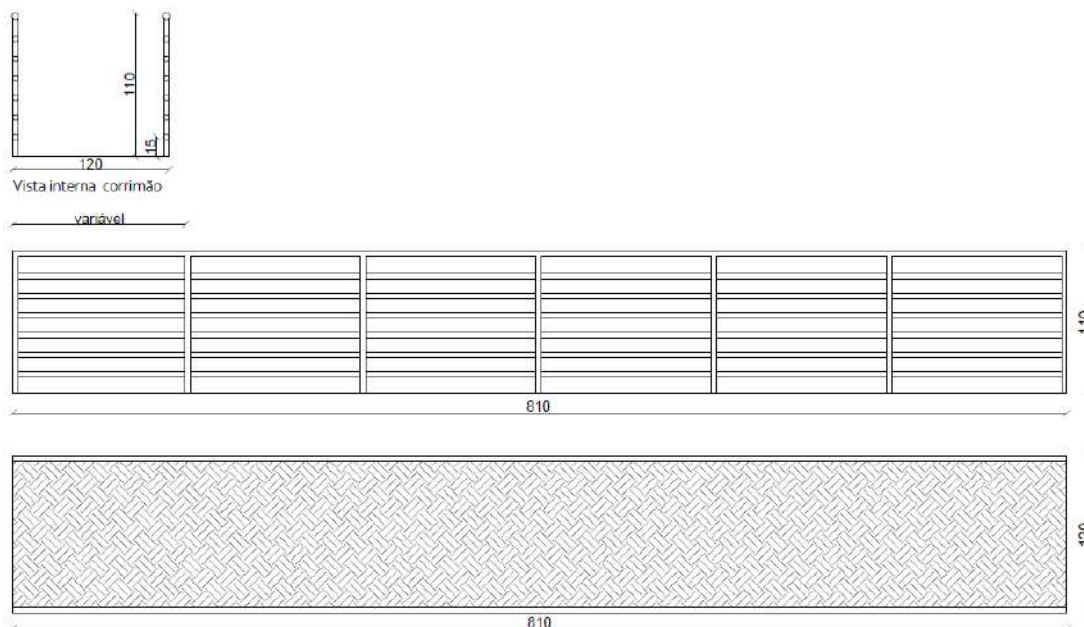
DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 810 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 16,20 metros lineares de viga “I”, 9,72 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 16,20 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com

fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Existe previsão de instalação de portão em alguns módulos desta configuração, verificar no Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1.

Figura 10 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 2).



3.4.3 MÓDULO 3:

QUANTIDADE DE MÓDULOS: 7 módulos.

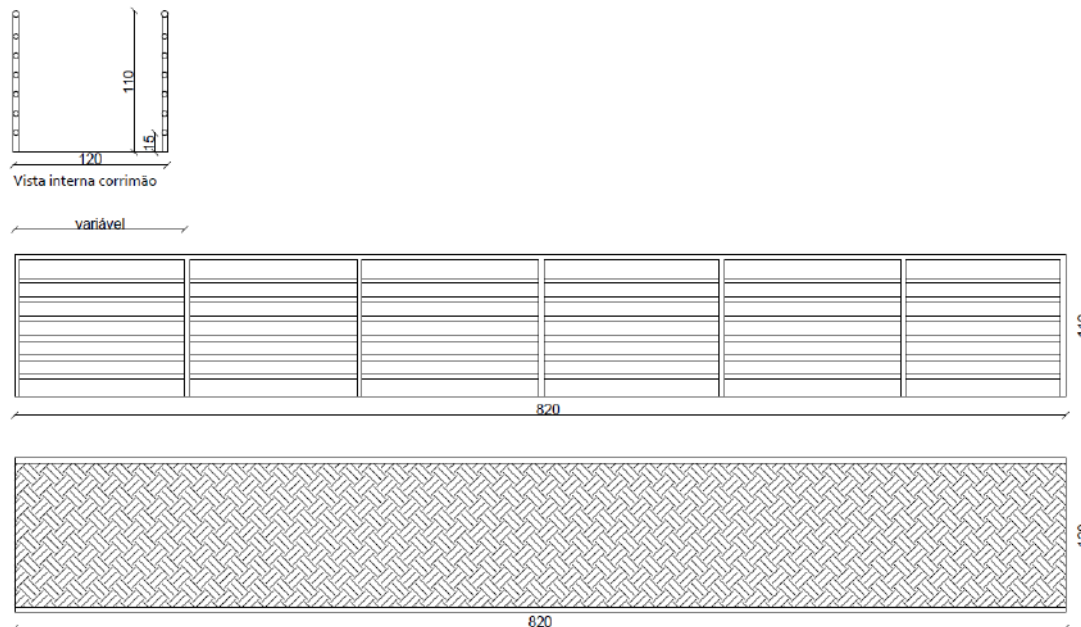
DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 820 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 16,40 metros lineares de viga “I”, 9,84 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 16,40 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos

contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Existe previsão de instalação de portão em alguns módulos desta configuração, verificar no Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1.

Figura 11 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 3).



3.4.4 MÓDULO 4:

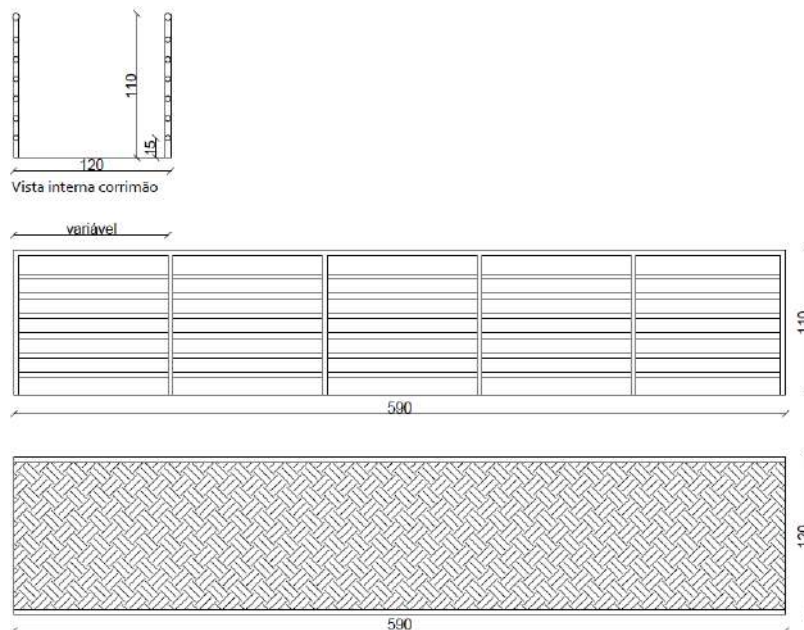
QUANTIDADE DE MÓDULOS: 1 módulo.

DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 590 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 11,80 metros lineares de viga “I”, 7,08 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 11,80 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Existe previsão de instalação de portão em alguns módulos desta configuração, verificar no Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1.

Figura 12 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 4).



3.4.5 MÓDULO 5:

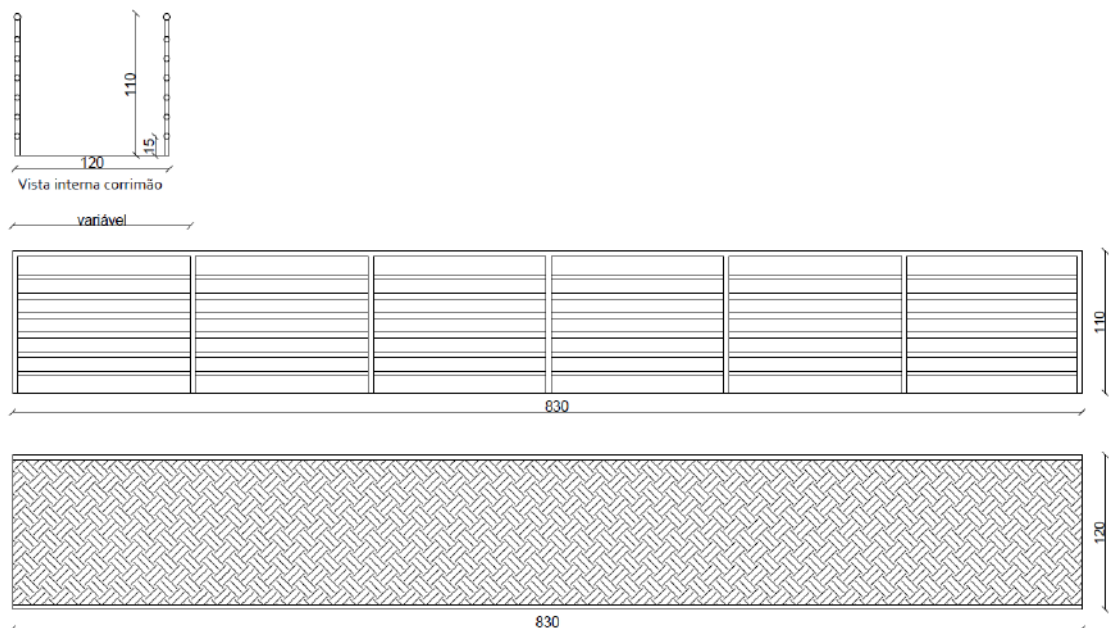
QUANTIDADE DE MÓDULOS: 2 módulos.

DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 830 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 16,60 metros lineares de viga "I", 9,96 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 16,60 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Existe previsão de instalação de portão em alguns módulos desta configuração, verificar no Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1.

Figura 13 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 5).



3.4.6 MÓDULO 6:

QUANTIDADE DE MÓDULOS: 1 módulo.

DIMENSÕES: Comprimento, largura e altura - 4000 x 120 cm x 110 cm (CxLxA).

ESTRUTURA: Conjunto de plataforma de acesso (com guarda-corpo e escadas) em perfis pultrudados composto por, no mínimo, 80,00 metros lineares de viga "I", 121,06 metros quadrados de assoalho em perfil pultrudado, e 100,00 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. As regiões indicadas como área dos práticos e do marégrafo/epagri deverão possuir piso de Chapa plana pultrudada em PRFV espessura 4,2mm com superfície antiderrapante, evitando a queda de materiais no mar. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².

Existe previsão de instalação de portão em alguns módulos desta configuração, verificar no Anexo 2.A – Planta baixa da plataforma dos cais 1.

Figura 14 – Orientações para dimensões da passarela (Módulo 6).

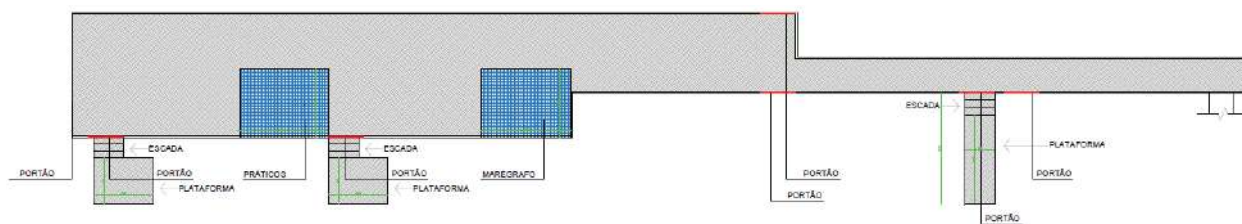


Figura 15 – Orientações para dimensões da escada e plataforma rebaixada (Módulo 6).

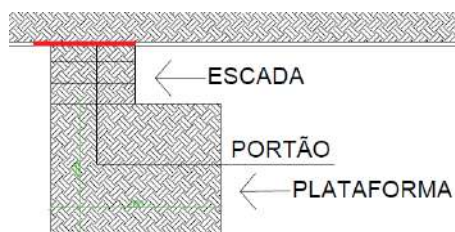


Figura 16 – Orientações para dimensões do guarda-corpo (Módulo 6).

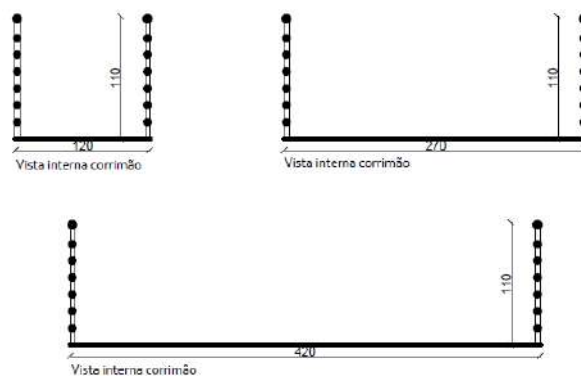
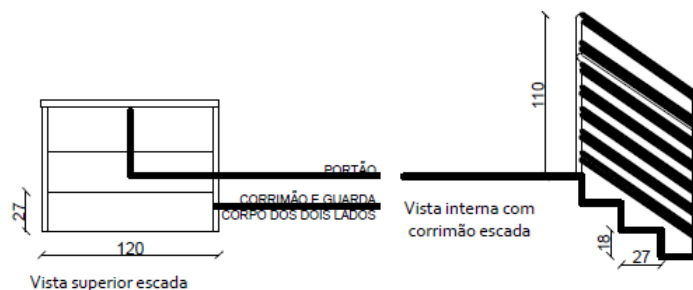


Figura 17 – Orientações para dimensões da escada (Módulo 6).



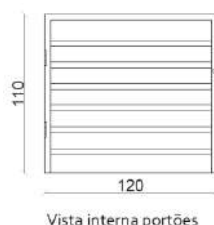
3.4.7 PORTÕES:

QUANTIDADE: 10 unidades.

DIMENSÕES: Comprimento e altura - 120 cm x 110 cm (CxA).

ESTRUTURA: Portões em perfil pultrudado. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação dos materiais.

Figura 18 – Orientações para dimensões dos Portões.



Medição: **Por metro quadrado solicitado.**

3.4.8 PASSARELAS E ESCADAS

A altura, o comprimento dos degraus e os guarda-corpos das escadas devem atender às normas técnicas vigentes (NR 12, IN 009 do CBMSC e NBR 15708) conforme desenhos anexos a este Termo de Referência.

O conjunto de escada será formado por perfis estruturais, guarda-corpo, grade de piso e degraus, conforme especificações abaixo:

- Perfis estruturais contraventados: colunas para sustentação da escada do tipo “I” ou “H” e sapata para fixação em concreto (quando possível);
- Quadro estruturado e contraventado: quadro para sustentação do piso e fixação dos guarda-corpos;
- Piso: formado por grades com acabamento superficial antiderrapante.

Todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação.

As passarelas e escadas devem atender a NR 12 conforme desenhos anexos a este Termo de Referência. As estimativas das medidas dos desenhos anexos deverão ser confirmadas no(s) local(is) pela CONTRATADA antes da fabricação/construção/execução da montagem das estruturas pultrudadas pelo fabricante.

Atenção especial deve-se ao piso para depósito do IBGE e EPAGRI, que deve ser formado por chapa plana pultrudada em PRFV espessura 4,2mm com superfície antiderrapante.

3.4.9 GUARDA-CORPOS

Os guarda-corpos devem ser compostos por montantes, corrimãos, barras intermediárias, rodapés e elementos de fixação e de acordo com a IN 009 Bombeiros SC e, conforme descrição abaixo:

- a) Montante: tubo quadrado de 2", altura de 1100 mm e distância máxima entre os montantes de 1200 mm;
- b) Corrimão: perfil abaulado ou perfil em "U" invertido ou similar. Os perfis deverão receber reforço de 5 camadas de resina éster vinílica ou resina Isofitalica para impedir o contato com o véu da fibra de vidro, evitando ferimentos nas mãos dos operadores. O corrimão não deve possuir superfície plana;
- c) Barras intermediárias - seguir especificação da IN 009 do CBMSC: conforme legislação quando constituído por elementos vazados, devem impedir a passagem de uma esfera com 11 cm de diâmetro nas aberturas;
- d) Rodapé duplo: 2 barras gregas ou barras W, com altura total de 200 mm;
- e) Sapata em fibra de vidro: base quadrada 150x150 mm, com quatro furos para fixação de topo (quando a fixação lateral não for possível).

Deverão ser fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação.

3.4.10 PORTÕES

Os portões serão compostos por montantes, corrimãos, barras intermediárias, rodapés e elementos de fixação, conforme especificações abaixo:

- a) Montante: tubo quadrado de 2", altura de 1100mm e distância máxima entre os montantes de 1200mm;
- b) Sapata em fibra de vidro: base quadrada 150x150 mm, com quatro furos para fixação de topo (quando a fixação lateral não for possível).
- c) Elementos de fixação e amarração: em aço inox 304, especial para ambientes mais agressivos e/ou aço carbono e/ou aço galvanizado a fogo.
- d) Barras intermediárias - seguir especificação da IN 009 do CBMSC: conforme legislação quando constituído por elementos vazados, devem impedir a passagem de uma esfera com 11 cm de diâmetro nas aberturas;
- e) Rodapé duplo: 2 barras gregas ou barras W, com altura total de 200 mm.

Deverão ser fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica ou resina Isofitalica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, ou similar, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através

de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação.

Os portões devem atender a NR 12 conforme desenhos anexos a este Termo de Referência. As estimativas das medidas dos desenhos anexos deverão ser confirmadas no(s) local(is) pela CONTRATADA antes da fabricação/construção/execução da montagem das estruturas pultrudadas pelo fabricante. Todos os detalhes da execução dos serviços ficarão sob responsabilidade da empresa CONTRATADA.

3.5 MÃO-DE-OBRA

Para todos os serviços do escopo, deverá ser empregada mão-de-obra qualificada, sujeita à comprovação nos moldes do item 3.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a oferta de todos os cursos de capacitação necessária para completa execução dos trabalhos atinentes ao escopo do contrato.

3.6 SERVIÇOS FINAIS E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após a instalação completa dos módulos de passarela integrantes em cada Ordem de Serviços, a CONTRATADA deverá retirar todos os resíduos de materiais dos locais dos serviços, bem como zelar, durante toda a execução dos trabalhos, para que não haja queda de materiais e resíduos no mar. É de responsabilidade da CONTRATADA a adoção de medidas de controle do risco e procedimentos para adequação das áreas de execução dos serviços aos requisitos mínimos de segurança, saúde e meio-ambiente. Em caso de utilização de caminhão Munck, andaimes ou outro equipamento para remoção e instalação dos módulos, estes serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá apresentar, após a conclusão dos trabalhos, um desenho atualizado com indicação das alterações necessárias realizadas na montagem dos materiais, diferentes dos desenhos iniciais ("AS BUILT").

Os trabalhos a serem executados estão citados resumidamente a seguir:

- a) Visita técnica para verificações *in loco* (conferência de dimensões e medidas);
- b) Emissão da Ordem de Serviço: liberação para produção/confecção;
- c) Serviços preliminares (remoção e transporte);
- d) Montagem e instalação dos perfis pultrudados;
- e) Serviços finais.

3.7 GENERALIDADES

- a) **Similaridade:** Para os produtos e serviços mencionados, o Porto admitirá o emprego de similares aos estipulados como referência. Entende-se por similaridade entre dois materiais e equipamentos a existência de analogia total ou equivalência do desempenho, em idêntica função construtiva e que apresentem as mesmas características técnicas exigidas. Caberá à CONTRATADA comprovar a similaridade e efetuar a consulta, em tempo oportuno, à

fiscalização da CONTRATANTE. Tal consulta não servirá como justificativa para o não cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato.

- b) **Materiais:** Deverão ser empregados materiais novos, de primeira qualidade e de acordo com as especificações, salvo quando solicitado de modo contrário e autorizado pela CONTRATANTE. Caberá à fiscalização impugnar quaisquer materiais que não satisfaçam às condições contratuais. A não observância do exposto poderá acarretar na retirada do material e sua substituição sem ônus para a SCPAR Porto de Imbituba. As especificações contidas no quantitativo são mínimas. Portanto, poderão ser utilizados produtos com características técnicas superiores.

3.8 SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, totalmente, o objeto deste Edital. A CONTRATADA só poderá subcontratar serviços acessórios, que não constituam o escopo principal do objeto, ao percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do total dos valores contratados, e com autorização prévia e formal por escrito da CONTRATANTE. Todavia, será mantida a inteira e direta responsabilidade da CONTRATADA perante SCPAR Porto de Imbituba, independente da opção pela subcontratação.

Entende-se como escopo principal os serviços de confecção de pultrudados representados pelo item 3.4.

4. LOCAL DE ENTREGA/FORNECIMENTO DO OBJETO

Os equipamentos e serviços deverão entregues e prestados sob os Cais 1 e 2, localizados nas dependências do Porto de Imbituba, Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 100, Imbituba-SC.

5. DISPOSITIVOS REGULAMENTARES E RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS

5.1 NORMAS TÉCNICAS

As recomendações aqui apresentadas visam orientar a execução dos serviços, a fim de estabelecer procedimentos funcionais e seguros. Não implicam, todavia, em qualquer responsabilidade do Porto relacionada à qualidade das ações realizadas em discordância com as normas aplicáveis. Foram observadas as normas vigentes da ABNT, além da regulamentação prevista por demais órgãos competentes. Os serviços devem seguir os mesmos preceitos, considerando a atualização e substituição da regulamentação existente.

- NBR 6323 – Galvanização por imersão a quente de produtos de aço e ferro fundido;
- NBR 7356 – Plásticos - Determinação da flameabilidade;
- NBR 7399 – Produto de aço ou ferro fundido galvanizado por imersão a quente - Verificação da espessura do revestimento por processo não-destrutivo - Método de ensaio;
- NBR 7400 – Galvanização de produtos de aço e ferro fundido por imersão a quente - Verificação da uniformidade do revestimento - Método de ensaio;
- NBR 15708-1 – Indústrias do petróleo e gás natural: Perfis pultrudados. Parte 1: Materiais, métodos de ensaio e tolerâncias dimensionais;

- ABNT NBR 15708-2 – Indústrias do petróleo e gás natural: Perfis pultrudados. Parte 2: Guarda-corpo;
- ABNT NBR 15708-3 – Indústrias do petróleo e gás natural: Perfis pultrudados. Parte 3: Grade de piso;
- ABNT NBR 14645 – Elaboração do "como construído" (as built) para edificações.
- NBR 15708-1 – Indústrias do petróleo e gás natural: Perfis pultrudado. Parte 4: Sistema de bandejamento;
- NBR 15708-1 – Indústrias do petróleo e gás natural: Perfis pultrudado. Parte 5: Perfis estruturais;
- NORMAM-15/DPC – Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas;
- NBR 6494 - Segurança nos Andaimos;
- NBR-7678 - Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção;
- NBR-8681 - Ações e Segurança nas Estruturas.
- NBR 14827 - Chumbadores Instalados em Elementos de Concreto ou Alvenaria;
- Portaria Nº 3.214, de 8 de junho de 1978 – Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- NR 6 – Equipamento de Proteção Individual - EPI;
- NR 10 – Segurança em instalações e serviços com eletricidade;
- NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-15 - Norma Regulamentadora 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- NR 17 – Ergonomia;
- NR-18- Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- NR 26 – Sinalização de segurança;
- NR 29 – Segurança e saúde no trabalho portuário;
- NR-30 – Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário;
- NR-33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
- NR-35 – Trabalho em Altura;
- Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA 307/2002 – Gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA 448/2012 – Altera a resolução supracitada;
- Resolução ANVISA/RDC 56/2008 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroportos, passagens de fronteiras e recintos alfandegados.

5.2 DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS DA OBRA

A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), de acordo com a Lei 12.305/2010, compreendendo coleta, armazenamento temporário, transporte e destinação final em atendimento aos requisitos legais impostos à área portuária e gestão de resíduos. Deverá observar, em especial, a resolução CONAMA 307/2002, CONAMA 448/2012 e ANVISA/RDC 56/2008. O prazo para apresentação deste documento será de 30 dias contados a partir da assinatura do contrato.

Os locais de trabalho devem ser mantidos limpos e organizados, com a adequada coleta e transporte dos resíduos produzidos à medida em que forem gerados. Ainda, devem ser segregados conforme sua classe, armazenados em recipientes adequados e identificados para posterior destinação para local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

A CONTRATADA deverá apresentar relatório de gestão de resíduos sólidos, contendo no mínimo:

- Quantificação dos resíduos gerados de acordo com sua classe;
- Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) referentes aos resíduos gerados no mês;
- Licenças ambientais das empresas que realizaram a coleta, transporte e destinação final dos resíduos;
- Certificados de destinação final dos resíduos.

5.3 RECOMENDAÇÕES PARA BOAS PRÁTICAS NO CANTEIRO DE OBRAS

Com o intuito de servir como referência à fiscalização e à execução do contrato, apresentam-se as boas práticas mínimas a serem observadas no canteiro de obras pelos responsáveis da CONTRATADA. Como objetivo, cita-se também a contribuição deste guia para a redução dos acidentes de trabalho, estabelecimento de instalações funcionais e seguras, preservação da qualidade da vida humana, mão-de-obra, conscientização do proprietário e do construtor quanto às suas responsabilidades. Não implicam, entretanto, em qualquer responsabilidade da equipe técnica do Porto com relação à qualidade das instalações executadas em discordância com as normas aplicáveis.

É necessário que tanto os empregadores (que têm por obrigação fornecer um local de trabalho com boas condições de segurança, higiene, maquinaria e equipamentos adequados), quanto os trabalhadores (aos quais cabe a responsabilidade de desempenhar o seu dever com menor perigo possível para si e seus companheiros) estejam comprometidos com uma mentalidade preventiva. As ações a seguir delineadas foram baseadas nas Normas Regulamentadoras (NR) que devem sempre ser consultadas, bem como aquelas que vierem a substituí-las.

- a) É vedado o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras sem que estejam assegurados pelas medidas previstas na NR 18 e compatíveis com a fase da obra.
- b) **Medidas de proteção contra quedas em altura:** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais. O cinto de segurança tipo paraquedista deve ser utilizado em atividades a mais de 2,0 metros de altura do solo, resguardadas todas as premissas já estabelecidas pela NR 35.
- c) **Instalações elétricas:** a execução de serviços em proximidade de instalações elétricas deve obedecer aos preceitos da Norma Regulamentadora 10 do ENIT. Sempre que a fiação de um circuito provisório se tornar inoperante ou dispensável, deve ser retirada pelo eletricitista responsável. As instalações elétricas provisórias de um canteiro de obras devem ser constituídas de chave geral (do tipo blindada, se exposta ao tempo). As

estruturas e carcaças dos equipamentos elétricos devem ser eletricamente aterradas. Deverá ser providenciado o projeto das instalações elétricas provisórias, juntamente com o respectivo diagrama unifilar.

- d) **Armazenagem e estocagem de material:** devem ocorrer de modo a não prejudicar o trânsito de trabalhadores, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndios, evitar a obstrução de portas ou saídas de emergência e não provocar empuxos ou sobrecargas nas paredes, lajes ou estrutura de sustentação. As pilhas de materiais, a granel ou embalados devem ter forma e altura que garantam a sua estabilidade e facilitem o seu manuseio. As madeiras retiradas de andaimes, tapumes, formas e escoramentos devem ser empilhadas, depois de retirados ou rebatidos os pregos, arames e fitas de amarração.
- e) **Ordem e limpeza:** o canteiro de obras deve apresentar-se organizado, limpo e desimpedido, especialmente nas vias de circulação, passagens e escadarias. Para a manutenção do local de trabalho organizado, deve-se observar as seguintes orientações:
- Limpeza e delimitação das áreas de trabalho;
 - Horários definidos de limpeza mais profunda;
 - Manter o canteiro organizado, limpo e bem sinalizado;
 - Remoção do entulho que evita o acúmulo excessivo da poeira;
 - Manter as passagens limpas e livres;
 - Ao final e início de cada expediente de trabalho, o encarregado ou responsável pela obra deverá verificar o estado de conservação de cada canteiro de obra utilizado. Nos casos em que forem observados acúmulo de entulho, sujeira, queda das delimitações das áreas de trabalho (seja ela realizada por tapumes, fita zebra, cerquite ou outro material previamente acordado com a equipe técnica do Porto de Imbituba), a empresa deverá providenciar o imediato reparo de tais inconformidades, sob condição para o início ou liberação dos trabalhos.

Ainda, a CONTRATADA é responsável por manter a regularidade da ordem e limpeza apontadas para os canteiros durante **toda** a execução da obra, mesmo nos dias em que não houver atividade correspondente. **O desrespeito às recomendações aqui apresentadas é configurado como infração contratual, sujeito às sanções previstas em CONTRATO.**

5.4 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A CONTRATADA deverá cumprir com as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho emanadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e também os requisitos de saúde e segurança ocupacional da SCPAR Porto de Imbituba, observando as seguintes exigências:

- a) Deverá entregar a documentação relativa à saúde de segurança no trabalho devidamente atualizada conforme Quadro 1 e

- b) Quadro 2, além de outras que vierem a ser solicitadas devido à natureza e riscos dos trabalhos a serem realizados.
- c) Garantir que todos os empregados possuam treinamento, capacitação, habilitação e autorização de acordo com a atividade a ser realizada nas dependências do Porto. Para os trabalhos com máquinas e equipamentos, além dos documentos exigidos conforme Quadro 1 e
- d) Quadro 2, deverá o operador, durante a execução dos serviços, portar cartão de identificação contendo nome, função, fotografia e nome da máquina que está capacitado a operar. O cartão deverá ser mantido em local visível e ser renovado com periodicidade máxima de 1 ano mediante exame médico Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).
- e) Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) necessários e compatíveis com o risco existente em cada serviço contratado, não permitindo que nenhum de seus empregados ou subcontratados executem qualquer tarefa sem a utilização destes equipamentos, responsabilizando-se por qualquer infração referente às normas pertinentes à segurança do trabalho. Os EPI's devem estar em perfeito estado de conservação, possuir Certificado de Aprovação (CA) dentro da validade e os empregados devem estar treinados quanto ao seu uso.
- f) Os funcionários da empresa CONTRATADA deverão estar devidamente identificados com crachá e uniforme, equipados (EPI, ferramentas, máquinas e equipamentos) de acordo com a natureza dos riscos característicos da atividade a desempenhar dentro das dependências do Porto. As máquinas e equipamentos devem estar em boas condições de funcionamento e segurança.
- g) As obras ou serviços que estejam em andamento nas instalações da SCPar devem estar claramente sinalizadas e isoladas de acordo com a necessidade, através da utilização de barreiras e tapumes, placas de avisos e outros dispositivos de isolamento e sinalização.
- h) No caso de ocorrência de acidente de trabalho ou trajeto e doenças ocupacionais com trabalhadores da CONTRATADA ou subcontratada, a empresa CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o requerente ou fiscal do contrato e o setor de SSMA da SCPar, encaminhando, no primeiro dia útil após a ocorrência, a investigação do acidente e cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Quadro 1 - Documentos da empresa

LISTAGEM DE DOCUMENTOS - EMPRESA	
Documentos da Empresa	Validade do Documento
PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos se elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho deverá conter cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);	2 anos
	Ou substituição quando da ocorrência das situações previstas no item 1.5.4.4.6 da NR01.
	Ou 3 anos para organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST.

<p>PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - deve conter cópia do certificado de habilitação do Médico Responsável pela coordenação;</p>	<p>Anual</p>
<p>PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho (somente para empresa de construção civil). É obrigatório a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros complementares de segurança.</p>	<p>Anual</p>

Quadro 2 - Documentos dos funcionários

LISTAGEM DE DOCUMENTOS - FUNCIONÁRIOS	
Documentos dos Funcionários	Validade do Documento
Documentos pessoais: RG e CPF ou CNH	-
Vínculo empregatício (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS): página com foto, página com qualificação civil e página com contrato ou ficha de registro de empregado, válida somente com foto do funcionário, carimbo e assinatura do responsável da empresa ou contrato de trabalho assinado pelas partes e registrado em cartório.	-
Ficha de EPI (Equipamento de proteção individual): devidamente assinada pelo empregado, constando os Equipamentos a serem utilizados, de acordo com o risco de cada atividade.	A cada novo serviço prestado
ASO (Atestado de Saúde Ocupacional - atualizado): constando parecer final do médico quanto a estar apto ou não para a atividade a ser desempenhada. Atendimento à NR 7.	Anual
Comprovação da habilitação e qualificação profissional dos empregados: Certificados de treinamentos de acordo com os cargos da empresa CONTRATADA e o serviço a ser executado. Para trabalhos com máquinas e equipamentos conforme NR-11 e NR-12 deverá apresentar o certificado de treinamento específico para o tipo de máquina em que irá exercer suas funções ou comprovar experiência por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha de registro do empregado de no mínimo 2 anos e que o registro comprove que o operador não ficou mais de 1 ano fora da função. Para o desempenho dos serviços que envolvam eletricidade, comprovar capacitação conforme a NR-10. Para realização de trabalhos em altura, NR-35.	Conforme validade específica
Participação no treinamento de Integração de Terceiros.	Anual

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Apresentar, como condição para o início dos trabalhos, um gestor ou preposto para a execução do objeto do contrato, ao qual compete:
 - I. Coordenar as relações entre a empresa, gestor e fiscal do contrato;
 - II. Gerenciar as entregas;
 - III. Receber as notificações do gestor do contrato ou dos órgãos diretivos da CONTRATANTE.
- b) Cumprir fielmente com todas as obrigações do Termo de Referência;
- c) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato;
- d) Manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- e) Submeter-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE;

- f) Responsabilizar-se pela mão-de-obra e equipamentos provenientes da entrega e descarregamento dos produtos licitados;
- g) A CONTRATADA deverá entregar os produtos rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, com a observância dos prazos determinados pela SCPAR Porto de Imbituba;
- h) As entregas deverão ser executadas nos horários permitidos pela SCPAR Porto de Imbituba S.A.;
- i) Responsabilizar-se pela observância das normas técnicas indicadas neste Termo de Referência, inclusive atendendo aos critérios e prescrições estabelecidas nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e *International Organization for Standardization* (ISO);
- j) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos produtos pela fiscalização, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição;
- k) Comunicar à fiscalização do Porto Organizado de Imbituba qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- l) Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão do presente contrato;
- m) Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à SCPAR Porto de Imbituba S.A.;
- n) Cumprir o cronograma estabelecido e aprovado e condições especificadas e acordadas;
- o) A CONTRATADA deverá solicitar à CONTRATANTE a devida autorização de acesso de seus colaboradores ao Recinto Portuário, VEDADO o uso da referida autorização para finalidade diversa da prevista neste contrato.
- p) Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do produto, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre eles;
- q) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do contrato;
- r) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- s) A CONTRATADA é responsável por obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para o cumprimento do objeto licitado;
- t) Não ceder ou transferir o objeto deste Edital, exceto pela situação de subcontratação anteriormente prevista.
- u) No ato da assinatura do contrato referente à execução dos serviços e/ou fornecimento de materiais e equipamentos, a CONTRATADA deverá possuir disponíveis em seu estoque e, por consequência, disponíveis para fornecimento à CONTRATANTE, todos os equipamentos, materiais e ferramentas de qualquer natureza, aplicáveis e necessários à execução do contrato, evitando possíveis atrasos;

- v) Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Permitir o acesso a todas as dependências da CONTRATANTE necessárias à prestação do serviço;
- b) emitir contrato do objeto licitado;
- c) designar o fiscal e gestor do contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como das obrigações contratuais;
- d) Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução de serviços;
- e) Avaliar todos os produtos entregues e serviços realizados pela CONTRATADA
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do produto;
- g) Pagar à CONTRATADA o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital;
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue pela CONTRATADA fora das especificações do edital;
- i) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- j) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Após a emissão de cada Ordem de Serviço expressa e documentada, a ser lançada após a assinatura do contrato, a empresa vencedora terá o prazo total de **60 (sessenta) dias corridos** para concluir todas as instalações e procedimentos necessários para tornar cada conjunto apto a entrar em uso. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito à multa contratual.

A vigência total do contrato é de **36 (trinta e seis) meses**. Passados os primeiros 12 (doze) meses de contrato, os preços poderão ser reajustados na forma da Lei.

8. ORDENS DE SERVIÇOS, FORMA DE RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO

A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da CONTRATANTE amostras de todos os materiais a serem utilizados, e todos os produtos instalados deverão estar integralmente de acordo com as amostras aprovadas. A CONTRATADA só poderá utilizar e instalar os materiais após os mesmos serem submetidos a exames e aprovação da CONTRATANTE, cabendo a esta impugnar o seu emprego quando em desacordo com as recomendações. Qualquer alteração nos desenhos ou mudanças de materiais deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

Os quantitativos indicados não geram, em hipótese alguma, a obrigação de aquisição. O fornecimento dos produtos e serviços dar-se-á sob demanda, de acordo com a conveniência e necessidade do Porto de Imbituba, através de tantas Ordens de Serviço quantas se fizerem necessárias, conforme descrito no item 3.1. O aceite será efetuado através de visto na nota fiscal de serviços e de materiais da CONTRATADA, no ato da entrega técnica. Por fim, a empresa fornecedora dos serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição desses se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

9. GARANTIAS ESPECÍFICAS

Além das substituições, trocas e reposições previstas, os materiais pultrudados deverão possuir garantia técnica total de no mínimo de **60 (sessenta) meses** contra defeitos de fabricação, montagem ou mau funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data do recebimento definitivo do material no local de entrega. A garantia deverá ser total, com previsão de substituição dos equipamentos defeituosos e sem nenhum tipo de ônus ao Porto de Imbituba. A CONTRATADA se compromete a manter estoque de todos os sobressalentes necessários de forma a poder reparar ou substituir os equipamentos ou componentes em garantia num prazo máximo de **30(trinta) dias corridos**, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, com as mesmas características exigidas e expressas.

10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será liberado após o recebimento definitivo dos módulos e seus respectivos produtos, em uso, listado em cada Ordem de Serviço. Pela perfeita execução do contrato, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. efetuará o pagamento do preço proposto pela CONTRATADA em moeda corrente, mediante **boleto bancário**, até a data do vencimento, atestadas as entregas pelo Setor de Obras e Infraestrutura desta empresa (ou outro setor designado pelo original), desde que não haja fato impeditivo provocado pela CONTRATADA. O número do CNPJ, constante da nota fiscal, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do certame, quando da assinatura do Contrato. O prazo para pagamento estipulado deverá ser de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais.

O pagamento somente será efetuado mediante contraprestação de nota fiscal. Ocorrendo erros na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a CONTRATADA será oficialmente comunicada pela SCPAR Porto de Imbituba S.A., e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à CONTRATADA para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Prezados Senhores:

1 - De acordo com o estabelecido no instrumento convocatório da Licitação em epígrafe, informamos nossa proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	4	m ²		
1.2	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT/WC C/1 VASO/1 LAV/1 MIC/4 CHUV LARG =2,20M COMPR=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO NERV TRAPEZ FORROC/ ISOL TERMO-ACUST CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL INCL INST ELETR/HIDRO-SANIT EXCL TRANSP/CARGA/DESCARGA	12	Mês		
TOTAL ITEM 1					
2	REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES				
2.1	REMOÇÃO DE PASSARELA E GUARDA-CORPOS DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	500	m ²		
TOTAL ITEM 2					
3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS E GUARDA-CORPOS EM PERFIS PULTRUDADOS				
3.1	Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 701 x 120 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 14,02 metros lineares de viga "I", 8,41 m ² de assoalho em perfil pultrudado, e 14,02 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de	1	unid.		

	<p>fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>				
3.2	<p>Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 810 x 120 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 16,20 metros lineares de viga "I", 9,72 m² de assoalho em perfil pultrudado, e 16,20 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>	22	unid.		

<p>3.3</p>	<p>Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 820 x 120 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 16,40 metros lineares de viga “I”, 9,84 m² de assoalho em perfil pultrudado, e 16,40 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>	<p>7</p>	<p>unid.</p>		
<p>3.4</p>	<p>Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 590 x 120 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 11,80 metros lineares de viga “I”, 7,08 m² de assoalho em perfil pultrudado, e 11,80 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por</p>	<p>1</p>	<p>unid.</p>		

	<p>chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>				
3.5	<p>Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 830 x 120 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 16,60 metros lineares de viga "I", 9,96m² de assoalho em perfil pultrudado, e 16,60 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>	2	unid.		

3.6	<p>Fornecimento e instalação de conjunto de plataforma de acesso dimensões 4000 x 120-420 x 110 cm (CxLxA), com guarda-corpo e escadas, fabricado em perfis pultrudados, composto por, no mínimo 80,00 metros lineares de viga "I", 121,06 m² de assoalho em perfis pultrudados, e 100,00 metros lineares de guarda-corpo com 7 travessas horizontais espaçadas em 15 centímetros, todos fabricados em material plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV) e resina, através do processo de pultrusão em teor mínimo de 65% de fibra e 35% de resina éster vinílica, na cor amarelo segurança 5Y8/12, com alta resistência a meios agressivos (maresia) e químicos, aditivada com proteção UV. As regiões indicadas como área dos práticos e do marégrafo/epagri deverão possuir piso de chapa plana pultrudada em PRFV espessura 4,2mm com superfície antiderrapante, evitando a queda de materiais no mar. Estrutura montada através de sistema de fixação por parafusos, porcas, arruelas, rebites e grampo em aço inox AISI 304, e fixada na estrutura do cais por chumbadores em aço inox. Em conformidade com as normas ABNT NBR 15708, ASTM D-2583 (Dureza Barcol), D-5630:01 (Percentual de Vidro), E-84 (Flamabilidade), UL-94 (Queima), D-570 (Absorção de Água), D-3039 (Tração), D-790 (Propriedade de Flexão), D-2565 (Intemperismo). Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação. Capacidade de carga mínima 250 kg/m².</p>	1	unid.		
3.7	<p>Portões em perfil pultrudado (Incluindo fornecimento de material e serviços de montagem e instalação dos materiais.)</p>	13,2	m ²		
TOTAL ITEM 3					
4	SERVIÇOS FINAIS				
4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	500	m ²		

4.2	Carga mecanizada em caçamba de resíduos e entulhos de obra, incluso transporte e destinação de resíduos	27,3	m ³		
Soma ITEM 4					
TOTAL					

*Os quantitativos não geram a obrigação da contratação do montante total estimado, sendo que a contratação dos serviços será de acordo com a demanda, a critério da Contratante.

2 - No caso de adjudicação do contrato, o representante da nossa empresa que assinará o contrato será o Sr.(a.) _____ qualificação _____
(Gerente/Sócio/Proprietário).

3 - Prazo de Validade da Proposta: _____ dias. (Prazo por extenso).

4 - Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023 e seus Anexos.

5 - Garantia e assistência Técnica: _____ dias/meses/anos (Prazo por extenso).

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) ou procurado devidamente habilitado.

RAZÃO SOCIAL					
CNPJ Nº			ENDEREÇO		
COMPLEMENTO		CEP	MUNICÍPIO		UF
TELEFONE	E-MAIL		BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
REPRESENTANTE LEGAL		CPF	TELEFONE	E-MAIL	

Local e data:

Assinatura/Carimbo

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE CONFIDENCIALIDADE, DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO, DE AUTENTICIDADE DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS E DE POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

....., ora denominada Licitante, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA:**

- 1) Para efeitos do atendimento às normas legais e editalícias, que atende plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
- 2) Comprometer-se a não divulgar ou transferir a terceiros, sob qualquer pretexto, bem como manter em absoluta confidencialidade, as informações e outros dados técnicos confidenciais, que a SCPAR Porto de Imbituba S.A. transmitir a nossa equipe técnica, prepostos ou empregados, desde que necessárias para execução dos trabalhos objeto deste edital, tomando para isso as providências cabíveis para a proteção das informações e dados técnicos confidenciais recebidos.
- 3) Que inexistem impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei Estadual nº 16.493/14, não estando suspensa de participar de licitações e declarando não haver nada que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- 4) Para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para participar deste procedimento Licitatório, por mim entregues, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento declaratório que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.
- 5) Que têm conhecimento das normas previstas na legislação dentre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 6) Que se compromete em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 7) Que se compromete em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 8) Que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

_____, ____ de _____ de 20XX.

Nome e assinatura do responsável pela empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA E CONCORDÂNCIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do Edital de Pregão Eletrônico Nº 005/2023 da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que a licitante....., representada legalmente pelo Sr(a)....., inscrita no CNPJ sob o nº....., instalada a na cidade de..... -, compareceu nesta data à Av. Presidente Getúlio Vargas, 100 – Área Portuária – Porto Organizado de Imbituba, Centro – Imbituba, SC, tomou conhecimento, em visita técnica, das condições ambientais e técnicas que condicionam a **CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE...**

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou os locais a serem avaliados para a execução dos serviços, esclarecendo todas as demais dúvidas pertinentes ao objeto desta licitação.

Imbituba, ___ de _____ de _____.

Representante da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Imbituba, ___ de _____ de _____.

(carimbo e assinatura do representante legal da declarante)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome)....., responsável legal da empresa
....., CNPJ nº

Endereço:.....Fone:.....

..... E-mail:

Declara que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente procedimento licitatório, em nome da empresa que represento.

_____, ____ de _____ de 20XX.

Nome e assinatura do responsável pela empresa

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° XXX/20XX, SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - SGP-E, PIMB N° XXX/20XX, PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DE PASSARELA, ESCADAS, PORTÕES E GUARDA-CORPOS EM PERFIS PULTRUDADOS NO PORTO DE IMBITUBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, firmado entre a SCPAR Porto de Imbituba S.A. e a empresa _____, na forma abaixo.

CONTRATANTE

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.	
CNPJ: 17.315.067/0001-18	
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, S/N	
CEP: 88.780-000	MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME:	
CPF/MF	CARGO: DIRETOR PRESIDENTE
NOME:	
CPF/MF:	CARGO: DIRETOR

CONTRATADA

CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CEP:	MUNICÍPIO:
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME:	
CPF/MF:	CARGO:

As partes acima identificadas resolvem firmar o presente contrato decorrente do edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e, PIMB N° XXX/20XX, nos termos e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e da execução

O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DE PASSARELA, ESCADAS, PORTÕES E GUARDA-CORPOS EM PERFIS PULTRUDADOS NO PORTO DE IMBITUBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS**, conforme Anexo I – Termo de Referência – do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023.

§1º Os quantitativos indicados não geram a obrigação da contratação do montante total estimado, sendo que a prestação do serviço será de acordo com as necessidades da Contratante.

§2º O presente contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

§3º Fazem parte do presente contrato, vinculando e obrigando as partes, o Termo de Referência e demais obrigações constantes do Edital nº 005/2023 e a proposta de preço da Contratada.

§4º Este contrato será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, Condições de Pagamento e Reajuste.

I - Do Preço

O objeto do presente contrato importa no valor total de R\$

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Orçado (R\$)

II - Das Condições de Pagamento

O pagamento será:

Efetuada mediante medições e aceites do Fiscal do Contrato, sendo considerado o serviço completamente realizado, de acordo com o quantitativo solicitado. Não será efetuado nenhum pagamento sem que haja a execução de serviço.

Sustado se verificada execução defeituosa do Contrato, ou enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que a mesma se refere. Também será sustado o pagamento se existente débito pendente de satisfação para com a Contratante ou com terceiros, relacionados com o Contrato.

Feito em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal, por meio de boleto bancário.

§1º A nota fiscal somente será emitida após autorização prévia e expressa da Contratante.

§2º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 125, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

§3º Os quantitativos não geram a obrigação de contratação do montante total estimado, sendo que a contratação dos serviços será de acordo com a demanda, a critério da Contratante.

III- Do reajuste dos preços

O valor poderá ser reajustado na forma, prazo e condições previstos na legislação de regência, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, ou em sua ausência, outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos prazos, da execução e da vigência

Prazo de Vigência do Contrato: O Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, após assinatura do instrumento contratual, podendo ser renovado nos termos do Art. 71 da Lei 13.303/16 e Art. 140 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Prazo de Execução dos Serviços: Os serviços registrados deverão ser entregues em até **60 (sessenta)** dias, contados após o envio da “ordem de serviços” pela Contratante, devidamente expressa e documentada. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito a multa contratual.

Prazo de Garantia e Oferta de Assistência Técnica: Os Equipamentos deverão possuir Garantia de no mínimo **05 (cinco) anos**.

CLÁUSULA QUARTA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do Contratado:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- b) manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023;
- c) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à execução dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- g) obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto licitado;
- h) cumprir com exatidão todos os termos e condições fixados pelo Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023.
- i) designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a Contratante, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

j)

comunicar obrigatória e previamente à Contratante, por carta e/ou e-mail, o recebimento de qualquer determinação, inclusive as provenientes de decisões ou sentenças judiciais, que implique débito ou bloqueio na conta corrente e/ou conta salário, na qual o beneficiário recebe o crédito do Contratante.

k) A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, totalmente, o objeto deste Edital. A CONTRATADA só poderá subcontratar serviços acessórios, que não constituam o escopo principal do objeto, ao percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do total dos valores contratados, e com autorização prévia e formal por escrito da CONTRATANTE. Todavia, será mantida a inteira e direta responsabilidade da CONTRATADA perante SCPAR Porto de Imbituba, independente da opção pela subcontratação.

Entende-se como escopo principal os serviços de confecção de pultrudados representados pelo item 3.4.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

- a) emitir Contrato do(s) objeto(s) licitado(s);
- b) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- c) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2023;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- e) fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Fiscalização

A Contratante exercerá, através de trabalhador indicado pela diretoria da SCPAR Porto de Imbituba S.A., a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do disposto neste Contrato.

Parágrafo único – A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - Da Garantia Contratual

Em até 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global da contratação, em conformidade e em uma das modalidades previstas no art. 70 da Lei Federal 13.303/2016.

§1º Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar disposição expressa, estipulando a responsabilidade da Seguradora pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora dos seguros.

§2º A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §4º do art. 70 da Lei federal no 13.303/2016.

§3º A

não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - Matriz De Riscos

A SCPAR Porto de Imbituba e a Contratada, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos conforme abaixo:

Parágrafo Primeiro - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da Contratada.

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS	ALOCÇÃO DO RISCO
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela SCPAR Porto de Imbituba, que comprovadamente repercute no preço da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	SCPAR Porto de Imbituba
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratada
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra, decorrentes do índice inflacionário avaliado no respectivo período.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	SCPAR Porto de Imbituba
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a SCPAR Porto de Imbituba, além de eventuais	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este	Contratada

		honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da SCPAR Porto de Imbituba.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	Contratada

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão

Constituem motivo para rescisão do contrato, conforme Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - o atraso nos pagamentos devidos pela SCPAR Porto de Imbituba decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - a não liberação, por parte da SCPAR Porto de Imbituba, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIII - a

não aceitação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez comprovada em planilha de custos e pesquisas de mercado a redução dos encargos do Contratado;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;

XV - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação ou contrato dela decorrente;

XVI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;

XVII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XVIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba;

IX - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

XX - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

§1º rescisão do contrato com base nos incisos desta Cláusula poderá ocorrer por ato unilateral da Contratante, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

§2º A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SCPAR Porto de Imbituba;

§3º A rescisão poderá ser judicial nos termos da legislação.

§4º Em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada reconhece os direitos desta Administração Pública, conforme previsto no art. 125, inciso X, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba, quais sejam:

I – Advertência.

II – Multa:

a) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;

b) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 80, §5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba;

c) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório;

d) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida;

e) 10%

do valor correspondente à parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, nos demais casos de atraso;

f) 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;

g) 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução total.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SCPAR Porto de Imbituba, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

§1º As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Licitante/Contratada.

§2º Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º O pagamento de multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo a ela excedente suportado pela SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Política Anticorrupção

As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I desta cláusula e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Disposições Gerais

I - A Contratante poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da Contratada, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela Contratante.

II - Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada na sede da Contratante, devidamente protocolizadas.

III - Só será permitida a permanência do empregado designado pela Contratada nas dependências da Contratante, durante o período em que estiver prestando os serviços.

IV - A Contratada poderá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos § 1º do art. 81, da Lei 13.303/2016.

V - A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Contratante e os empregados indicados pela Contratada para execução dos serviços. Caso a Contratante, a

qualquer

tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes as relações de emprego, a Contratada obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

VI - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor.

VII - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A e demais regulamentos e normas administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, xx de xxxxxxx de xxxx.

Pela SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



Assinaturas do documento



Código para verificação: **TE0685OF**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 30/03/2023 às 15:04:39

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMDQ4OF80OTBfMjAyM19URTA2ODVPRg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00000488/2023** e o código **TE0685OF** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.